

# O PAPEL DESEMPENHADO PELAS MULHERES NO SISTEMA COOPERATIVO: UM ESTUDO EM ASSENTAMENTO DE CAMPOS NOVOS – SC

Tânia Maria Dos Santos Nodari\*  
Rosalía Martínez García\*\*

## Resumo

A luta pela terra no Brasil é reconhecida, por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como um dos movimentos sociais de maior organização no Brasil. Ele iniciou nas décadas de 1970/1980 e se tornou um fenômeno conhecido no mundo inteiro, adquirindo diversas conotações (política, social, econômica). Entre as estruturas adotadas nos assentamentos do MST estão as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), nas quais há a coletivização dos fatores de produção (terra, capital, trabalho). O trabalho resultou de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, realizado no Assentamento 30 de Outubro em Campos Novos, que objetivou descrever o papel desempenhado pelas mulheres nesta cooperativa. Foram entrevistadas as mulheres cooperadas e alguns homens e se identificou que as mulheres participam da cooperativa tanto no planejamento quanto na execução das atividades, entretanto, ainda existe um espaço a ser ocupado.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assentamentos. Cooperativismo. Mulheres e agricultura familiar.

## 1 INTRODUÇÃO

As sociedades primitivas tem entre suas características a luta dos seres humanos para a sobrevivência e a satisfação das necessidades primárias. A busca pela posse da terra, pela habitação, por segurança é constante. Entre os seres humanos que estão empenhados nesta busca, encontram-se os sujeitos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As lutas desses trabalhadores transformaram-se em movimentos sociais que procuram encontrar, na propriedade da terra, o seu meio de vida, a sua segurança, a habi-

---

\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha/ES; Mestre em Administração de Negócios pela Universidade Regional de Blumenau; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

\*\* Doutora em Sociologia; Vice-reitora de Participação Social e professora da Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha.

tação e a qualidade de vida (MANÇANO, 2004). Segundo Salvaro (2004), o MST é considerado um movimento social de massas, popular e político, que luta pela reforma agrária e por mudanças na sociedade.

O movimento parece ser mais ativo no Sul do Brasil e tornou-se uma organização estruturada na maioria dos Estados brasileiros, chamando a atenção da sociedade nacional e internacional e inclusive tem resultado em estudos interdisciplinares. Estes estudos têm se multiplicado nas últimas décadas e, mesmo assim, há muito para ser analisado a respeito do assunto. Assim, o conhecimento sobre o MST e sobre os acampamentos e assentamentos rurais são insuficientes, porque estão ligados a indivíduos que se movimentam e mudam no espaço e no tempo.

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de identificar e analisar o papel desempenhado pelas mulheres na Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro em Campos Novos.

Para atender aos objetivos da pesquisa foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e também entrevistas com os assentados do Assentamento 30 de Outubro em Campos Novos, mais especificamente na Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro.

Quanto à pesquisa bibliográfica, procedeu-se a busca de informações em livros, revistas científicas, sítios eletrônicos, entre outras fontes. Para a pesquisa documental foram consultados os estatutos, atas de reuniões, entre outros documentos disponíveis no escritório da CPA.

A pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, pois parte de um quadro teórico de referência para posterior confrontação com a realidade organizacional. Respaldo em Minayo (1994) e Richardson (1999), a pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira foi desenvolvida uma pesquisa exploratória que compreendeu estudos bibliográficos, documentais e entrevistas com os líderes do Assentamento. Na segunda etapa desenvolvida uma pesquisa de campo com caráter descritivo, em que se buscaram as evidências.

As entrevistas com as lideranças do MST, assim como das assentadas e dos assentados, foram efetuadas por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas, com o auxílio de um questionário organizado com perguntas abertas e fechadas e aplicadas em 2007. Conforme Laville e Dionne (1999), entende-se por entrevista semiestruturada uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento para os entrevistados. As questões foram classificadas em relação à educação

dos filhos, à participação e ao trabalho das mulheres na cooperativa, à renda e aos sistemas produtivos na CPA – 30 de Outubro.

Segundo Minayo (1994) e Richardson (1999), o método qualitativo responde a questões muito particulares, relacionando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Portanto, aproxima-se a uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, em contraposição a uma preocupação de medidas essencialmente numéricas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma além da parte introdutória: em uma primeira seção apresenta-se uma breve descrição sobre as origens do MST, abordando a formação e o cooperativismo dentro do Movimento.

Depois se apresenta uma breve caracterização das CPAs dentro do MST e sobre a formação do Assentamento 30 de Outubro.

Em seguida, descreve-se a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro, apresentando os objetivos, nos campos social e econômico.

Os dados coletados na pesquisa são apresentados e analisados e, por fim, as conclusões.

## **2 AS ORIGENS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

A luta pela terra no Brasil tornou-se conhecida por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos movimentos sociais de maior organização no Brasil. O movimento teve início nas décadas de 1970/1980, a partir desta época, vem se tornando um fenômeno conhecido no mundo, adquirindo diversas conotações (política, social, econômica).

Quando se fala em organização coletiva nos dias de hoje, logo nos remetemos aos movimentos sociais, evidenciando aqui o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A sua política de reforma agrária se concentra das ocupações massivas nos latifúndios. Esta tem sido a alternativa que vai de encontro aos objetivos pretendidos pelo MST, o assentamento. (BOEIRA, 2004, p. 196)

No Brasil, o movimento é conhecido pela estratégia adotada pelos seus integrantes para ter acesso a terra. Esta estratégia consiste em organizarem-se às margens de rodovias em barracas de lona preta, manifestações em praças públicas, passeatas em grandes cidades, longas caminhadas pelo interior do

país até a capital federal, ocupações de prédios públicos, bancos, áreas públicas ou privadas (POKER, 2003).

A constituição do Movimento ocorreu no final da década de 1970 e início da década de 1980, quando a história do país era marcada pelo início da crise do regime militar (FERNANDES, 2006). As lutas que deram início ao movimento foram várias, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Eram movimentos localizados e a partir da mobilização da Pastoral da Terra (Comissão Progressista da Igreja Católica) foram promovidos diversos encontros regionais que culminaram na fundação do MST em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná. Este movimento tem o objetivo principal de conquistar a terra, lutar pela reforma agrária e por mudanças sociais intensas (MORISSAWA, 2001). O MST é um movimento social que foi transformado em uma organização formal, que passou a lutar pela conquista do seu espaço. Para a estratégia política-ideológica, a questão do espaço e do habitat é de suma importância por vários fatores, como apresentam as autoras Castells e Guivant (2005, p. 232):

- a) suporte físico da própria experiência do movimento, por meio da organização e das ocupações de terra, da criação das formas específicas de *habitat* nos acampamentos e assentamentos;
- b) fator que influencia o processo de transformação da identidade social dos trabalhadores rurais sem-terra;
- c) meio de garantir a luta pela terra, mediante a extrapolção do contexto rural; e
- d) possibilitador de identidade coletivas, por intermédio da combinação de tradições e criatividade nas teatralizações feitas em diversos tipos de evento, envolvendo mística, inscrições nos corpos, entre outros.

No início do movimento, a principal preocupação era a conquista da terra, já a forma de como trabalhar com ela, bem como sua exploração, dependeria de cada família; a primeira estratégia adotada pelos trabalhadores foi a roça comunitária.

Com o aumento considerável de assentamentos a partir de 1980 o MST percebeu que a luta pela terra vem acompanhada pela organização social, econômica e produtiva dos assentamentos, sendo necessária a viabilização socioeconômica destes. Nesse sentido, Souza (2002, p. 79) coloca que uma das alternativas foi a cooperação agrícola:

A idéia era de que por meio da cooperação agrícola poderia sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade. Desta forma, a organização da produção passa a ser pensada a partir da cooperação agrícola, seja ela, coletiva, semi-coletiva, associações.

A dificuldade de viabilização nos assentamentos está relacionada à falta de recursos para implementação das atividades, como: acesso às tecnologias, aos insumos e às máquinas que facilitam e aumentam a produtividade, e, com ela, os rendimentos do trabalho; para um assentado sozinho, isoladamente, é quase impossível ter acesso a esses meios de produção (POKER, 2003).

O MST apontou duas alternativas para a resolução da questão: a primeira em reivindicar crédito para os pequenos agricultores e a outra foi a formação de cooperativas para a produção coletiva:

Desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos rurais constitui, então, um desafio tanto para as lideranças do MST – que procuram discutir, mostrar experiências positivas para os assentados – quanto para os trabalhadores rurais sem-terra, que possuem uma visão individual e “familiar” de trabalhar a terra. Ou seja, histórico-culturalmente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, a priori, pelo patrão ou estiveram decidindo autonomamente o que, como produzir e comercializar. Portanto, o que querem no momento imediato da conquista da terra é ter poder de decisão juntamente com o sucesso econômico. (SOUZA, 2002, p. 80).

A cooperação parecia a forma estrutural social, econômica e produtiva mais viável para os assentamentos, no entanto, a maioria dos assentados rejeitam esta proposta, optando por trabalharem “sozinhos”, explorando o “seu pedaço” de terra. Nesse sentido, contraria a ideologia filosófica do MST que prega a igualdade, o coletivo, a exploração coletivizada da terra a partir dos assentamentos.

A ideologia do MST para os acampamentos defende um modelo de vida igualitária, onde os sem-terra participariam voluntariamente de uma organização coletiva da vida cotidiana. No caso das agrovilas, o MST também concebe esses modelos espaciais nos moldes de uma vida igualitária e coletiva. (CASTELLS; GUIVANT, 2005, p. 232).

Apesar da ideologia do coletivismo, a experiência tem demonstrado que nos assentamentos nem sempre o coletivo se sobrepõe ao individual, já que em uma mesma área de terra, no mesmo assentamento existem famílias que exploram a terra individualmente e outras que participam coletivamente do processo produtivo, causando, inclusive, discriminações políticas e sociais, entre os que ali residem. Castells e Guivan (2005, p.232) colocam:

A escolha dos sem-terra por viver em regime de coletivos não teria o caráter instrumental ou transitório que pode ter para alguns dos sem-terra o modelo coletivo do acampamento, abandonado por eles uma vez assentados. Assumir o modelo dos coletivos num assentamento pode ser interpretado como uma forma de acreditar e tentar experimentar a proposta ideológica do MST: a transformação da sociedade e a formação do novo ser.

O MST apoia o coletivismo como estrutura de produção, baseado nos seguintes objetivos, de acordo com Stédile e Georgen (1993):

- a) alcançar condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração de recursos naturais, que representem aumento da produção;
- b) aumento da produtividade do trabalho e da terra;
- c) aumento da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida;
- d) condição para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, luz elétrica, água encanada, telefonia, estradas, etc;
- e) contribuir para a organização da classe para conquistar a Reforma Agrária.

Apesar da ideologia do MST em priorizar a forma de cooperação social, econômica e produtiva nos assentamentos, observa-se que não é uma unanimidade entre os assentados, desencadeando uma série de conflitos, em um espaço social originalmente conflitante. Entre os camponeses sem-terra assentados existem diferenciações sociais, políticas e econômicas que não são vencidas pelo objetivo, que é a conquista da terra. O faccionismo, que ocorre por laços de lealdade, o tamanho da unidade de consumo e de produção familiar, a tradição e as experiências de trabalho agrícola interferem decididamente na forma de organização da produ-

ção (CAZELLA, 1992). Diante dessas considerações, pode-se encontrar de fato nos assentamentos rurais várias estruturas sociais, econômicas e produtivas; em um mesmo assentamento são adotadas várias formas de estrutura, como no Assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos. No referido assentamento são encontradas três formas de estrutura social, econômica e produtiva: Ascagri – Associação 30 de Outubro; lotes individuais e a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro, foco de estudo deste trabalho.

### **3 A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MOVIMENTO**

Conforme os diversos textos produzidos pelo MST<sup>1</sup> que tratam sobre a luta pela terra, a mulher e a família (mães, pais, jovens e crianças) estão presentes nas diversas atividades realizadas nos diferentes setores do movimento. Sendo a coesão uma condição básica na luta, o MST acredita ser fundamental a participação das mulheres nos diferentes setores e instâncias do movimento. Nesse sentido, o Coletivo de Gênero e o Setor de Gênero do movimento não aparecem de uma hora para outra, mas foram sendo construídos ao longo do tempo e ainda estão em construção.

A participação das mulheres no Movimento, em um primeiro momento, está relacionada como membro da família, já que no período inicial a mulher e os filhos teriam de acompanhar o homem a terra, pois causava estranheza este ir sozinho.

Conforme Gonçalves (2009, p. 204), “[...] a própria dinâmica da luta pela terra as levou a organizar ações que, por sua vez, provocaram alguns questionamentos sobre a estrutura de poder expressa na organicidade do Movimento.” Portanto, não foi por acaso que somente a partir de 1995<sup>2</sup> passaram a existir os Coletivos de Mulheres ou de Gênero ou o Setor de Gênero, conclui a autora.

O que deve ser destacado é que desde os períodos iniciais do Movimento as mulheres sempre aparecem com os homens nos símbolos do Movimento, como, por exemplo, na bandeira.<sup>3</sup>

Silva (2004) coloca que na fase inicial do movimento não havia referência à formação das mulheres; a questão da mulher ou não existia ou era tratada internamente pelo movimento.

Em 1980, quando o movimento ainda não era muito conhecido e se sabia pouco sobre ele, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres

do MST, a qual reivindicou a organização de grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado (GONÇALVES, 2009).

No 1º Congresso Nacional, em 1985, as mulheres estavam presentes na organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1985 conquistaram, junto com outros movimentos de mulheres, o direito de receber lotes na implantação dos assentamentos.<sup>4</sup> Dessa forma, superando a condição de dependência em relação a pais e irmãos (SILVA, 2004; MORISSAWA, 2010).

Sobre esta conquista, o professor Bernardo Mançano Fernandes (2000, p. 38) coloca que:

[...] as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistou o direito de receber lotes na implantação no assentamento, sem a condição de serem independentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para a reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

O 4º Encontro Nacional, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba, no início de 1988, deliberou em “[...] priorizar a organização dos jovens e mulheres em todos os níveis dos assentamentos.” (MORISSAWA, 2001, p. 211). Neste encontro foi incorporada a categoria gênero nos escritos do movimento.

Nesse sentido, ainda em 1989, as determinações presentes no capítulo VIII das “Normas Gerais” do MST demonstram o interesse em inserir a mulher no movimento, conforme cita Silva (2004, p. 87):

51 - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder, e de representação;

52 - Devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, em todas as atividades do Movimento, e lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras.

53 - Deve-se estimular a organização de comissões de mulheres dentro do Movimento dos sem-terra, nos assentamentos e nos acampamentos, para discussão de seus problemas específicos [...]



Dessa forma, o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi realizado em 1995; no qual foi debatida a necessidade de incorporação de alguns direitos já conquistados pelas mulheres que viviam nas cidades, como salário-maternidade, auxílio acidente de trabalho, entre outros.

Nos anos seguintes as mulheres passaram a se envolver de forma mais intensa em encontros, congressos, seminários e campanhas diversas, incentivados por Instituições.<sup>5</sup>

Seguindo a trajetória rumo à consolidação do Setor de Gênero no MST, a partir de 1996, o Movimento passa a publicar algumas cartilhas dirigidas à formação, envolvimento e valorização das mulheres na luta pela terra.

Segundo Valenciano e Thomaz Júnior (2000), as discussões sobre gênero no Movimento surgiram como uma preocupação que despontou dentro da organização e, dessa forma, houve a necessidade da introdução dessas discussões, com a finalidade de promover e transformar as relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres em termos de participação e valores.<sup>6</sup>

#### **4 COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (CPA)**

As CPAs foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989, e despontaram como uma forma superior de organização da produção. Na verdade, uma CPA não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva na sua essência e muito menos na sua constituição. Elas diferenciam-se dos demais grupos coletivos do MST por serem pessoa jurídica, ou seja, são registradas como empresa cooperativista e têm suas atividades regidas pela legislação cooperativista brasileira.

Uma CPA é complexa porque se constitui como uma empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalhos coletivos. Há também complicações burocráticas com a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária. Para se constituir um CPA existem alguns condicionantes, conforme Cerioli e Martins (1998).

Tendo como base os autores citados anteriormente, passamos a descrever como ficam as questões relacionadas a terra, ao capital, ao trabalho, ao planejamento da produção, da moradia e dos aspectos legais em uma Cooperativa.

Quadro 1 - Características da CPA

<b>FATORES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Terra:</b>	Permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de “subsistência mínima” de cada associado. Em quase todas as nossas CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que passa para o controle da cooperativa por meio de contrato de comodato ou de arrendamento simbólico. Mas pode haver título em nome da CPAs. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina já existem cooperativas com título de propriedade em nome da CPA, concedido pelo Estado (INCRA).
<b>Capital:</b>	Todos os investimentos de capital acumulado estão sob controle e em nome de CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se tornam investimentos considerados pela legislação fundos indivisíveis. Neste caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução.
<b>Trabalho:</b>	A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão do trabalho, na lógica de “postos de trabalho”, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados-trabalhadores. O trabalho é controlado por produtividade física, na lógica do desempenho, e se faz a emulação dos trabalhadores pela sua eficiência política e econômica.
<b>Planejamento da produção:</b>	Na CPA, os planos de produção (a curto, médio e longo prazo) são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, define-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas.
<b>Moradia:</b>	NA CPA, normalmente, organiza-se em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia apenas no tamanho do lote para a construção das casas.
<b>Aspectos legais:</b>	As cooperativas têm que ser legalizadas obrigatoriamente, inclusive com registro na Junta Comercial (e não no cartório como as associações). Existem leis específicas que regulamentam as atividades das cooperativas. Por serem empresas com fim claramente econômico, as cooperativas são fiscalizadas com maior rigor pelo governo, exigindo um nível mais elevado de controles internos do que a associação ou grupos informais.

Fonte: Cerioli e Martins (1998).

O desenvolvimento das cooperativas no MST acontece por meio da ideologia do movimento, que de acordo com o Castells e Guivant (2005, p.

232), defende “[...] um modelo de vida igualitária, onde os sem-terra participariam voluntariamente de uma organização coletiva da vida cotidiana.”

## 5 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO 30 DE OUTUBRO

O Assentamento 30 de Outubro localiza-se no município de Campos Novos, às margens da BR 282, KM 356, ao lado do Posto da Polícia Rodoviária Federal, no Oeste do Estado de Santa Catarina.

Os assentados vieram de vários acampamentos; a primeira ocupação foi feita em Campo-erê no dia 30 de outubro de 1987, por isso a origem do nome do assentamento ser 30 de Outubro, data da primeira ocupação. Os acampados foram obrigados a deixar o local no dia 31 de outubro e deslocaram-se ao local do novo acampamento às margens da BR no município de Quilombo, onde permaneceram por um ano. Depois deste período foram para Abelardo Luz onde parte das famílias foi assentada e a outra parte veio para Campos Novos onde foram assentadas cerca de 80 famílias na antiga fazenda Humaitá de propriedade de Chico Moraes; na área da fazenda não existia quase nada de mata nativa, pois já havia sido extraída toda a madeira pelo antigo proprietário.<sup>7</sup>

Dando prosseguimento à formação do Assentamento, a direção conta que no início houve discussões sobre a formação de uma cooperativa de produção; apenas 32 famílias aceitaram a proposta e fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro (COPAGRO). Com a definição de formar a nova cooperativa, essas famílias não tiveram acesso ao patrimônio que havia sido comprado com os recursos liberados até aquele momento. Assim, parte das famílias começou a trabalhar nas fazendas em troca de insumos para iniciarem sua produção, até que fosse liberado outros recursos para a cooperativa; uma parte da área do grupo foi arrendada para a produção pecuária, também em troca de insumos agrícolas. Depois da liberação dos primeiros recursos, a cooperativa investiu na construção do estábulo para a produção de leite e galpões para a produção de fumo (atividade que atualmente não é mais realizada na cooperativa). Em 1992 foi iniciada a construção da Agrovila com a utilização de blocos de concreto que eram construídos pelos apenados da penitenciária de São Cristovão em troca da redução da pena. Os membros da cooperativa também se dedicaram à criação de suínos em larga escala, em razão do preço do produto na época. Outra atividade estratégica foi a produção de melancia, que gerou, a partir de 2000, a Festa da Melancia, realizada anualmente no Assentamento. A produção de hortaliças orgânicas gera renda para a cooperativa; a comercialização é realizada na feira

do agricultor em Campos Novos, às sextas-feiras e no Posto de Comercialização dos produtos às margens da BR 282.

Esta área do Assentamento foi adquirida pelo INCRA em 1987; muitos dos assentados vieram de diversos acampamentos do MST na região e antes de se juntarem ao movimento, a maioria dos assentados havia sido dono de uma pequena área de terra na Região Oeste de Santa Catarina. Diante das dificuldades encontradas, os assentados chegaram à conclusão de que deveriam formar uma associação coletiva, surgindo, então, a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro, com o objetivo de explorar a área coletivamente, para melhor aproveitar os recursos disponíveis (CAZELLA, 1992).

## **6 A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 30 DE OUTUBRO**

A CPA, objeto de estudo deste trabalho de investigação, é uma forma de cooperativa, na qual os fatores de produção: a terra, o trabalho, e o capital, são explorados e administrados de forma coletiva. A propriedade e a produção pertencem aos trabalhadores, uma vez que as sobras são divididas entre si. Geralmente nestas Cooperativas se reduz a um pequeno número de famílias, entre 10 a 60.

A Coopagro foi fundada em 17 de setembro de 1991, sendo aprovado seu estatuto e eleita a diretoria. A cooperativa tem como objetivo a defesa econômica e social de seus associados por meio da produção agropecuária nas áreas pertencentes aos associados; o trabalho em grupo, traz a ideia do que seja vida coletiva. As regras que regem a vida na Cooperativa estão expressas em um regimento interno, no qual constam várias disposições sobre sua organização, objetivos do grupo, regulando os direitos e deveres referentes ao trabalho e às finanças, lazer, inclusive as questões de desistências e admissões dos membros (Caderno de Cooperação agrícola n. 5, 2007).

Os objetivos na Cooperativa vão além da visão econômica e financeira, pois envolve fins políticos, ideológicos e sociais. Politicamente, o grupo se insere nas estratégias políticas do MST, participando de manifestações, acampamentos, caminhadas e atos públicos, ocupações de terras e assentamentos. No âmbito econômico a Cooperativa oferece diversas vantagens para o grupo:<sup>8</sup>

- a) Melhor aproveitamento da terra (se cada um ficar em um lote individual, é mais difícil de cultivar a terra do que no coletivo);
- b) Aumento da produtividade;
- c) Diversidade nas lavouras, compreendendo várias culturas;

- d) As mulheres não perdem tempo com as crianças em casa, pois existe uma pessoa responsável dentro do grupo para cuidá-las;
- e) Construção de benfeitorias, como galpões;
- f) Organização de eventos, feiras;

Do ponto de vista político as vantagens são:

- a) A organização do grupo para participar de movimentos;
- b) Existe maior discussão política, compreensão do funcionamento da sociedade;
- c) Conscientização social das pessoas (passam a preocupar-se com os demais companheiros).

Do ponto de vista social, destacam-se as seguintes vantagens:

- a) Maior facilidade para a construção de coisas para o uso comum (centros comunitários);
- b) Organização do trabalho, sobrando mais tempo para o lazer;
- c) Facilidade para solucionar problemas diversos, sejam estes referente à saúde, ou educação;
- d) Convivência em comunidade, mantendo o espírito de ajuda, e solidariedade entre os membros.

Conforme a cooperada e uma das líderes do movimento na região Meio-Oeste Sirlei Ungarati, a cooperativa existe para prestar serviços que sejam de interesse ao seu grupo, possui objetivos de ordem educativa, cultural e econômica. A questão no grupo são os valores, como igualdade e coletivismo, para que todos sejam beneficiados pela cooperação, suprimindo suas necessidades materiais e evitando conflitos ligados à distribuição de riqueza por meio da coesão entre as partes.

Fazem parte desta Cooperativa 24 sócios, sendo 14 famílias que estão organizadas para a produção de alimentos para o autoconsumo e o excedente da produção é comercializado na Feira Livre de Campos Novos, nos Supermercados locais e na Barraca do Assentamento, localizada às margens da BR 282 e nas lojas da Reforma Agrária.

Entre as atividades agrícolas, pode-se enumerar a produção de grãos (milho, soja, trigo, arroz, feijão, melancia), leite e frango. Também produz hortaliças, sementes de fruticultura no sistema orgânico; também na área da

cooperativa encontra-se localizado o abatedouro de aves e de pequenos animais e no Assentamento está implantada a Indústria de Laticínios.

## 7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A coleta de dados aconteceu no período de março e abril de 2007. As entrevistas foram feitas às quartas-feiras, dia em que as mulheres “têm a tarde de folga” no Assentamento. Nesta tarde elas se encontram no Centro Comunitário e têm aulas de artesanato (tricô, crochê, artesanato em geral). É uma tarde de descontração, mas primeiro é necessário cumprir com as atividades de trabalho (ordenhar o gado, molhar a horta...) para depois ir para a aula de artesanato.

A Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), em abril de 2007, era formada por 23 pessoas, sendo 11 mulheres e 12 homens. Deste total, 11 pessoas estavam “liberadas” para atuarem em outras funções de caráter organizativo do Movimento e alguns estavam estudando. Apesar de os membros estarem “liberados”, eles participam das assembleias e decisões da Cooperativa.

Das onze mulheres pertencentes à CPA, foram entrevistadas nove e também foram realizadas entrevistas com alguns homens da Cooperativa. Os resultados obtidos são apresentados a seguir. Para preservar a identidade das entrevistadas, as mulheres foram classificadas como “F” (F1, F2) e os homens como “M” (M1, M2).

### 7.1 SOBRE A EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Quanto ao estado civil das entrevistadas, seis são casadas e três moram com o companheiro. A idade varia entre 41 a 70 anos. Em relação ao número de filhos, cinco delas possuem dois filhos, duas possuem três filhos e uma, possui 10 filhos. A pessoa que possui 10 filhos é a de 70 anos, ela é aposentada. Referente à decisão do número de filhos, cinco assentadas disseram que o casal decidiu; três disseram que elas decidiram e uma disse que o homem decidiu. Elas também afirmaram que a decisão de ter ou não mais filhos tem de ser do casal, porque a responsabilidade é dos dois e a maioria afirmou que esta decisão não gerou conflito entre o casal. Ainda sobre os filhos, perguntamos qual o futuro que desejam para eles, e citamos alguns depoimentos:<sup>9</sup>

Que tenha trabalho, que continue estudando pra se formar e que todos consigam alcançar seus objetivos de não faltar o que é necessário, da exploração da terra e de outros projetos talvez, por exemplo as micro indústrias ligadas à agricultura. (informação verbal).<sup>10</sup>

O desejo de que o filho estude e viva em função da terra é manifestada por outras entrevistadas.

Eu gostaria que eles fossem mais ou menos que nem eu,, que estudassem que tivessem essa formação de terceiro grau, mas que morasse no interior, que nem a gente faz assim, claro, depende muito da profissão que eles vão optar. (informação verbal).<sup>11</sup>

Olha[...]. o maior desejo que eu tenho pros meus filhos é que eles sejam alguém, que eles tenham condição de conhecer e entende o que eles vivem e porque eles vivem. E a partir dali que minimamente eles tenham condição psicológica e física de ta tomando posição e se contrapondo a todo tipo de exploração que eles possam ver, onde eles tiverem. (informação verbal).<sup>12</sup>

O que se pode perceber por meio dos relatos é que o desejo das assentadas é que os filhos estudem, tenham uma profissão, mas que seja ligada à produção agrícola, valorizando a origem da família.

## 7.2 SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER E A VIDA NA COOPERATIVA.

Um dos questionamentos feito às assentadas consistiu em saber como é viver em um sistema de cooperativa, onde não existe a propriedade privada dos meios de produção (terra, capital, trabalho) e a renda familiar tem origem no trabalho realizado na cooperativa. As assentadas relataram que:

Tem sempre todas as dificuldades como em todas as partes [...] Aqui também não foge à regra. Mas acho muito bom porque é tudo um conjunto. Um ajuda o outro principalmente quando precisa que é de doença, a solidariedade também do MST é impressionante, eu acho muito bom. (informação verbal)<sup>13</sup>

É bom viver aqui. A gente participa de festas, vive em meio às pessoas. Se fosse numa cidade a gente ia conviver com pouca gente, a gente as vez se limita a conversa com as pessoas, aqui não, todo mundo se conversa, todo mundo tem tempo para ouvir. (informação verbal).<sup>14</sup>

A vida em cooperativa, apesar das dificuldades, aos olhos das assentadas é mais harmoniosa e tranquila do que a vida na cidade, conforme relatam:

Dificuldade tem por tudo, eu to entendendo que é muito bom viver no assentamento, porque assim representa porque é assentada tem muita gente que te dá atenção, o cara do INCRA vem procurar a gente. (informação verbal)<sup>15</sup>

Há a vida gente é tranquila. Claro a gente trabalha bastante, tem problemas também, eu acho muito bom, gosto de morar no assentamento. (informação verbal)<sup>16</sup>

As cooperadas relatam que viver no assentamento tem sido uma boa experiência e que o objetivo do MST é viver da terra e isso eles tem conseguido no assentamento.

É uma experiência que nunca passou pela minha cabeça porque eu vim de uma família que trabalhava no individual, sozinho não participava em nada. Para mim isso aqui é uma experiência que eu nunca pensei que eu iria passar. (informação verbal).<sup>17</sup>

A qualidade de vida é ótima, muito boa, você vai e colhe e vê as plantinhas nascendo. Agora o que eu sinto é que poderia ser mais realizada se tivesse a minha mãe e minha filha vivendo comigo. A gente trabalha demais. aqui no assentamento, eu faço uma média de 8 horas por dia e a noite tem a casa, a vida da cooperativa, fora da produtiva a gente discute a noite, aí divide entre a família e a organização a cooperativa. (informação verbal).<sup>18</sup>

É gostoso, um assentamento assim rural, eu sempre tive aquele gosto pela terra, e gosto pela luta assim, trabalha, mas a relação assim entre familiares é gostoso [...] então eu acho bom[...] (informação verbal).<sup>19</sup>

Uma das entrevistadas ainda acrescentou que não precisam de muita coisa para viver, pois boa parte dos alimentos que consomem é caseira. Dessa forma, as entrevistadas parecem estar satisfeitas com a vida no assentamento, apesar de relatarem que encontram dificuldades e que gostariam de ganhar um pouco mais.



### 7.3 COM REFERÊNCIA AO TRABALHO DA MULHER NA COOPERATIVA

No aspecto referente à participação do trabalho da mulher na cooperativa, das nove entrevistadas, sete participam das atividades produtivas, seja no planejamento das atividades, seja na execução dos trabalhos.

No que se refere às atividades gerais, elas participam do Clube de Mães, do Encontro Estadual do MST e do Nacional, sempre que podem, dos eventos de mobilização do movimento e em cursos que eventualmente são oferecidos.

As assentadas produzem alimentos de forma artesanal para o consumo da família e comercialização do excedente; são produzidos geleias, chás, macarrão, bolachas, pães, bolos, sucos, conservas, doces de abóbora, pêssego e outros. As famílias adquirem no Posto de Comercialização os produtos industrializados que não são produzidos no Assentamento, como açúcar, sal, óleo, erva-mate, arroz, trigo e alguns produtos de higiene e limpeza.

Praticamente em todas as casas das famílias existem eletrodomésticos que auxiliam no trabalho doméstico, como máquina de lavar roupa, forno elétrico, máquina de moer carne e fazer macarrão, cilindro, batedeira, liquidificador, freezer, geladeira, e também TV e rádio.

Em relação à função na cooperativa, na ocasião das entrevistas, uma estava aposentada, uma de licença, em razão de uma cirurgia e é somente sócia, uma trabalha na produção de hortaliça e também era presidente da cooperativa, uma trabalha de auxiliar administrativo no Laticínio Coopercontestado, localizado no assentamento, uma trabalha no setor de leite da cooperativa, uma trabalha somente nas atividades domésticas da casa e três estavam “liberadas” para outras atividades. Entre as que estão em atividade, as horas de trabalho são oito horas por dia mais as atividades domésticas (limpar a casa, preparar a comida, lavar e passar a roupa, fazer compras, ajudar os filhos a fazer as tarefas de aula, levar as crianças ao médico, tomar vacinas, participar das reuniões da Escola).

As mulheres participam também das atividades realizadas no Centro Comunitário, como Festa da Melancia e almoços com o objetivo de gerar renda. Elas se ocupam da decoração, e, juntamente com as crianças, fazem as compras e o almoço (saladas, macarrão, pão), enquanto que os homens preparam e assam a carne e se encarregam da venda das bebidas.

Perguntamos às assentadas se elas participam das decisões e do planejamento da cooperativa. Três disseram que não, que somente trabalham. Seis delas afirmaram que sim, porque acreditam que é importante colocar o

que pensa e fazer parte das decisões e que as decisões tem de ser tomadas por todos os associados. Uma delas relatou o seguinte:

É muita atuação da mulher, parece que a mulher está atuando mais que o homem e tem muita importância e vem despertar que não é só o homem que ta indo lá e decidindo as coisas, eles decidem junto é bastante diversificado, vai homem e mulher junto e decidem juntos, discutem, não tem o que a mulher ficar esperando que o homem decide pela mulher. (informação verbal).<sup>20</sup>

Perguntou-se aos membros da Cooperativa (homens e mulheres) se a cooperativa seria viável economicamente sem o trabalho da mulher e citamos alguns relatos:

Eu acho que em todos os setores, o que seria do trabalho sem a ajuda da mulher, tanto se for na roça, como na cooperativa. No comércio, hoje em dia a mulher está mais engajada. Antigamente a gente só trabalhava na roça, não pode dispensar o trabalho da mulher, porque é muito importante. Eu calculo que é no mundo inteiro. (informação verbal).<sup>21</sup>

Olha eu acho que deixaria a desejar, porque nós mulheres estamos em todas as atividades do dia a dia da cooperativa, tanto no trabalho produtivo, trabalho braçal, quanto na administração, quanto na participação de discussão política da cooperativa, nas instâncias da cooperativa, e até mesmo nas nossas famílias. A partir da divisão de tarefas com nossos companheiros, desde a família, do espaço da casa, até nas atividades da cooperativa. Então se não tivesse a participação das mulheres, primeiro ia ser um espaço muito masculino e depois que nós fizemos parte dessa história, desse contexto da cooperativa e do próprio movimento. (informação verbal).<sup>22</sup>

Os cooperados reconhecem a evolução do trabalho da mulher que está presente em todos os setores, e na CPA em questão, o trabalho dela é fundamental, conforme os depoimentos.

Eu não consigo imaginar a cooperativa sem a participação da mulher. O Trabalho da casa também é um trabalho, mas como toda mulher ela tem participação ativa na Cooperativa, ela é sócia, ela tem os mesmos direitos,

os mesmos deveres. Apenas é discutida a condição das mulheres que tem criança, que amamenta, uma organização de horário. Eu acho que seria completamente inviável a cooperativa sem a participação da mulher em todos os sentidos. (informação verbal).<sup>23</sup>

Sobre a participação na CPA, os relatos afirmam que não seria possível sem o trabalho da mulher.

Sem o trabalho da mulher a cooperativa muita dificuldade. Por que o trabalho da mulher na cooperativa é fundamental, em todos os setores, tanto no setor animais, na agricultura, na horta, mas é isso e nos trabalho de organização, embelezamento a mulher tá sempre disposta a fazer. (informação verbal).<sup>24</sup>

Os homens entrevistados também ressaltam que o trabalho da mulher é muito importante na CPA, conforme os depoimentos.

Sem a mulher não existiria a Cooperativa. O nível cultural das mulheres talvez não pra dizer é avançado, mas é digamos um nível satisfatório, a própria relação entre as famílias aqui na Coopagro a relação prática no dia a dia, não é o que nós almejamos que seja, uma outra sociedade, agora nós temos digamos exemplos e sinais que algo novo tá acontecendo e tal e aí inclusive as mulheres cumprem função igual aos homens, do ponto de vista de responsabilidade na Cooperativa, do ponto de vista da participação do trabalho, existe ganhos iguais não existe essa diferença. (informação verbal).<sup>25</sup>

O trabalho da mulher é importante tanto quanto do homem. Quem vota? Homem e mulher. A Cooperativa passaria por dificuldades sem a mulher. Hoje a mulher trabalha tantas horas na Cooperativa, chega em casa tem que limpar a casa, fazer comida. Em horas acordadas, trabalhadas a mulher trabalha mais que o homem. (informação verbal).<sup>26</sup>

Nos depoimentos fica evidenciado que os homens cooperados valorizam o trabalho que as mulheres desenvolvem na cooperativa, assim como a participação no planejamento e em suas ações.

#### 7.4 SOBRE A RENDA.

Na CPA ocorre a divisão da terra, do trabalho e dos lucros. A renda familiar tem origem no trabalho realizado na cooperativa. Como eles produzem vários produtos que são consumidos (carne, hortaliças, frutas, grãos), eles compram os produtos industrializados a preço de custo no Posto de Comercialização. Ao final do mês são computadas as horas de trabalho e os gastos realizados pelos membros, e a diferença é paga em dinheiro. Os membros da cooperativa relataram que depois que passaram a viver de forma coletiva a vida melhorou um pouco. Perguntou-se aos assentados se eles melhoraram de posição social e econômica depois que passaram a viver neste sistema. Os depoimentos são os seguintes:

Na verdade eu avalio que sim, a gente não tem as coisas individuais, mas tudo o que tem aqui é tudo é nosso e a gente vai lutando para conseguir mais, juntos. Juntos que eu não sinto só a minha família é toda cooperativa é a minha família, eu não penso individualmente. (informação verbal).<sup>27</sup>

Eu diria que no social nós melhoramos muito, agora no econômico a gente está se mantendo. No sentido de organização do trabalho melhorou, porque aqui na CPA as mulheres ocupam seus espaços de discussão, no espaço de poder, na Cooperativa. (informação verbal).<sup>28</sup>

Socialmente a gente cresce com a cooperativa porque é a questão dos limites, você não pode ultrapassar certos limites que a cooperativa impõe que são as normas, os regimentos, e tal. Economicamente não, porque o que a gente tem, mais a gente conseguiu com o meu salário de agrônoma (informação verbal).<sup>29</sup>

Pelos depoimentos, pode-se perceber que algumas famílias tiveram uma melhora no que se refere ao convívio social e à vida em grupo, mas reconhecem que no campo econômico, há necessidade de se ganhar mais para viver melhor.

#### 7.5 SOBRE OS SISTEMAS PRODUTIVOS NA CPA – 30 DE OUTUBRO

A pesquisa revelou que os sistemas produtivos adotados na CPA 30 Outubro estão baseados nas linhas de produção estratégicas determinadas pelo setor de produção Estadual do MST, exceto a produção de fumo.

Entre as linhas estratégicas destaca-se a produção de leite, a base de pasto com projeto de Pastoreio Racional Voisin (PRV) já implantados, e outros em fase de implantação, permitindo, com isso, que as famílias tenham uma renda mensal tornando-as autossustentáveis e fortalecendo a Indústria de Produção de Queijo que está situada no Assentamento, sendo uma parceria com a Cooperativa dos Assentados do Vale do Contestado (Coopercontestado) e a Indústria de Laticínios Santa Helena.

Uma outra linha de produção existente, mas em menor escala, é a criação de frango caipira; a CPA possui um abatedouro de aves e pequenos animais.

As experiências com a produção de sementes agroecológicas BioNatur têm apresentado bons resultados, proporcionando uma alternativa de renda para as famílias, juntamente com a produção de ervas aromáticas e plantas medicinais, com intenção de atender às famílias e, futuramente com a ampliação da produção, ser comercializada no Posto Comercial.

A produção de melancia tem-se mostrado uma boa fonte de renda, onde a maior parte é comercializada da Festa da Melancia, tradicional na região. A festa é realizada no Salão Comunitário do Assentamento e atrai centenas de participantes da região. Uma outra forma de comercialização direta das frutas e verduras e na Feira de hortifrutigranjeiros que ocorre semanalmente na Casa do Produtor Rural em Campos Novos, onde a Copagro vende seus produtos. São comercializados alface, beterraba, cenoura, frango, mandioca, melancia e outros produtos.

A produção de milho, feijão e culturas de subsistência continua sendo importante para o sustento das famílias e para a geração de renda.

A direção do Assentamento faz questão de destacar que “[...] todos os sistemas de produção visam em primeiro lugar atender às necessidades básicas das famílias e depois atender o mercado local e as lojas da Reforma Agrária localizadas em Chapecó e Florianópolis.”

## 8 CONCLUSÃO

O Estudo realizado na Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro, que teve como objetivo principal descrever qual o papel que a mulher exerce na cooperativa, constitui-se em um documento importante porque contém revelações sobre o trabalho produtivo e “improdutivo” da mulher, ou seja o produto que gera renda e o improdutivo seria aquele que não gera renda, mas que faz parte das atividades da mulher na Cooperativa.

A pesquisa revela, como se pode verificar, que a mulher participa ativamente da cooperativa, seja na diretoria, no planejamento e nas execuções das ações, já

que a estrutura adotada na CPA é coletiva, ficando “prejudicado” o individualismo das pessoas. Em um sistema coletivo, não há propriedade dos meios de produção (capital, trabalho, terra), privilegiando o capital social. A produção coletiva na cooperativa foi a forma encontrada para alcançar alguns objetivos, como maior rendimento das famílias, como se pode constatar nos depoimentos dos cooperados.

Também podemos identificar, nas revelações dos informantes, para o funcionamento da cooperativa há a necessidade da cooperação de todos, porque os conflitos são resolvidos no diálogo, um tentando convencer o outro. Os principais desafios da cooperativa são o crescimento econômico, por meio do trabalho e também a melhoria do ser humano mediante a cooperação, ajuda mútua e a solidariedade.

A mulher tem participação garantida no MST e na Cooperativa, sendo um dos princípios fundamentais do movimento “[...] contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direito iguais.” (MORISSAWA, 2001, p. 211).

Apesar da participação da mulher na direção da cooperativa, pode-se observar que na divisão do trabalho doméstico cabe às mulheres as tarefas relativas à limpeza da casa, o preparo da alimentação, as compras e a educação dos filhos. Estas questões permanecem inalteradas, o que constata a relação de diferenças entre o trabalho de homens e mulheres.

Por outro lado, a opinião da mulher é considerada nas decisões domésticas, como o ter ou não ter filhos, o tipo de estrutura escolhida quando houve o assentamento; este fato é uma evolução nas relações familiares.

A pesquisa revelou que todas as decisões da organização do trabalho na Cooperativa seguiram as orientações do MST para este tipo de estrutura e ocorreram em todos os setores (educação, saúde, produção); buscou-se incluir a participação de homens e mulheres em todos os trabalhos da cooperativa, sendo o trabalho da mulher essencial para a manutenção da CPA 30 de Outubro.

Por fim, apesar dos avanços verificados na CPA em relação ao trabalho da mulher e a participação no planejamento e nas decisões, as entrevistas apontam que ainda há um espaço a ser alcançado pelas mulheres no que diz respeito aos aspectos de igualdade de tarefas.

Concluindo, devemos ressaltar que o modelo coletivo adotado na cooperativa é avançado, diferente dos outros modelos, e que poderia gerar novos trabalhos de investigação em diferentes disciplinas, como na sociologia, na administração e na economia.

Espera-se que este trabalho contribua para despertar novos interesses para o modelo e que possa a ser estudado de forma mais aprofundada.

## **THE ROLE PLAYED BY WOMEN IN COOPERATIVE SYSTEM: A STUDY IN SETTLEMENT IN CAMPOS NOVOS - SC**

### Abstract

*The struggle for land in Brazil is recognized by the Movement of Landless Rural Workers (MST), as one of the largest organization of social movements in Brazil. The movement began in decades of 1970/80 and from this season, has become a phenomenon known in the world acquiring several connotations (political, social, economic). Among the structures adopted in MST settlements are Agricultural Production Cooperatives in which there is the collectivization of production factors (land, capital, labor). The aim of this paper is to describe the role played by women in the Agricultural Production Cooperative named 30 de Outubro. The work results from a bibliographical and documentary research and field research. The study was conducted Settlement 30 de Outubro, in Campos Novos (SC). Cooperated women and some men were interviewed the. The study found that the woman participates in the cooperative both in planning and implementation activities, but there is still a space to be occupied, although there is movement in the sector of gender.*

*Keywords: Landless workers' movement. Settlement. Cooperativism. Women and family agriculture.*

### Notas Explicativas

<sup>1</sup> Morissawa (2001) e Stédile e Fernandes (1999).

<sup>2</sup> Neste ano foi realizado o primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entre 19 e 24 de outubro de 1995, no Instituto Cajamar, em São Paulo.

<sup>3</sup> Nas diversas formas de manifestação do MST constata-se a presença de crianças e mulheres.

<sup>4</sup> Os estudos de Deere (2004, p. 184) revelam que antes de adquirirem este direito (adquiridos na Constituição de 1988) a discriminação contra a mulher era muito forte. Os funcionários do INCRA agiam como se as mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior, e era comum para as mulheres que ficavam viúvas com crianças pequenas, perderem o direito de permanecer no assentamento da Reforma Agrária. Além disso, quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso a terra quando ele casava e formava sua própria família.

<sup>5</sup> Ainda na década de 1990 o tema da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica teve como tema a Fraternidade e Mulher e como Lema “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagens e semelhança d’ Ele.” Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/campanhas/fraternidade/2173-historico-das-cfs>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

<sup>6</sup> Em agosto de 2003, durante uma reunião da Coordenação Nacional, Ademar Bogo (2003), citado por Silva (2009), identificou vários obstáculos culturais e morais ou mitos que impediam a participação das mulheres, entre eles: o mito da inferioridade feminina; da representação masculina, da autorização do marido; da falta de carisma; da herança cultural; de preconceito; da aparência; da fidelidade; da moral religiosa.

<sup>7</sup> Informações fornecidas à autora pela direção do Assentamento 30 de Outubro.

<sup>8</sup> Fonte: Estatuto da CPA consultado no Escritório da Cooperativa por esta pesquisadora.

<sup>9</sup> Todas as respostas foram descritas na íntegra.

<sup>10</sup> Fornecida por F3.

<sup>11</sup> Fornecida por F4.

<sup>12</sup> Fornecida por F5.

<sup>13</sup> Fornecida por F1.

<sup>14</sup> Fornecida por F2.

<sup>15</sup> Fornecida por F3.

<sup>16</sup> Fornecida por F4.

<sup>17</sup> Fornecida por F7.

<sup>18</sup> Fornecida por F8.

<sup>19</sup> Fornecida por F9.

<sup>20</sup> Fornecida por F5.

<sup>21</sup> Fornecida por F1.

<sup>22</sup> Fornecida por F4.

<sup>23</sup> Fornecida por F5.

<sup>24</sup> Fornecida por F9.

<sup>25</sup> Fornecida por M1.

<sup>26</sup> Fornecida por M3.

<sup>27</sup> Fornecida por F3.

<sup>28</sup> Fornecida por F5.

<sup>29</sup> Fornecida por F4.

## REFERÊNCIAS

BOEIRA, Andréia. Das ligas camponesas ao MST: In: AVED, Bernardete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira. Agricultura familiar. Florianópolis: Insular, 2004.

CAZELLA, A. A. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola**: políticas conflitantes. O Caso do assentamento 30 de Outubro – SC. 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola)–Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

CASTELLS, M.; GUIVANT, J. S. A criatividade social na ocupação provisória do espaço: acampamentos e agrovilas do MST. In: GUIVANT, J. S.; SCHEIBE, L. F.; ASSMANN, S. J. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005.

CERIOLI, Paulo; MARTINS, Adalberto. Sistema Cooperativista dos Assentados: **Caderno de Cooperação Agrícola Nº 5**. 2. ed. São Paulo: Concrab, 1998.

DEERE, Carmem. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula**. 2000. Departamento de Geografia da



Unesp, 2006. Disponível em: <[http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20NERA/20 %20anos%20do%20mst%20e%20a%20perspectiva%20da%20reforma.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Produção%20NERA/20%20anos%20do%20mst%20e%20a%20perspectiva%20da%20reforma.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2010.

GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo maio de 1968 ao academicismo do gênero. **Lutas sociais**. São Paulo, n. 21-22, 2009.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber \_ Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Fonte: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/1762070-os-caminhos-da-ci%C3%Aancia/#ixzz20pheP1kX>>.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cooperação agrícola: eixos prioritários de ação, princípios e formas**. Brasília, DF: CONCRAB, 2007. (Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

MANÇANO, B. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. – 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/500anos.html>>, Acesso em: 4 nov. 2005.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

POKER, J. G. **Cooperação e cooperativismo no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Com Ciência – Reforma Agrária**. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr14.shtml>> Acesso em 4. nov. 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SALVARO, Giovana I. J. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 321-330, jan/abr. 2004.

SILVA, Cristiane Baretta da. **Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividade no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SOUZA, M. A. Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, v. 4, n. 1, p. 78-96, dez. 2002.

STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. Scritta, São Paulo, 1993.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou classe? **Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 119, p. 26., 2000.

Recebido em 23 de julho de 2012

Aceito em 25 de julho de 2012